

## VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE A PANDEMIA DA COVID-19

Rebeca Santarosa Quiste Leão<sup>1</sup>

Virgínia Alves de Souza<sup>2</sup>

Luá Cristine Siqueira Reis<sup>3</sup>

A violência obstétrica consiste em abusos, desrespeito e agressões físicas ou mentais sofridas pelas gestantes durante o parto por instituições de saúde e profissionais da área. Caracteriza-se como um problema de cunho social e que afeta a saúde pública, gerando medo em mulheres grávidas. Historicamente, a gestante era vista como a principal na hora do parto, sendo acolhida por parteiras, as quais tinham relação de proximidade e confiança. Atualmente, o trabalho da equipe multiprofissional e o ambiente hospitalar limitou a mulher a um papel secundário, o que torna mais propício à violência. A pandemia da Covid-19 expôs ainda mais a fragilização do sistema de saúde, sobrecarregou os profissionais e reduziu a quantidade de equipamentos disponíveis para atendimento, afetando consequentemente, a área gestacional. Este estudo objetivou informar a população brasileira a respeito da pandemia como fator de piora nos casos de violência obstétrica, juntamente ao abandono e descaso sofrido por essas gestantes nas instituições de saúde já sobrecarregadas. Corresponde a um estudo descritivo de revisão bibliográfica, com artigos selecionados a partir das bases de dados da SciELO e Google Acadêmico. Foram escolhidos os trabalhos que se relacionavam com a temática entre os anos de 2018 e 2021, com os seguintes descritores: “violência obstétrica”, “Covid-19”, “parto” e “sistema de saúde”. O Boletim do Observatório Covid-19 registrou uma taxa de letalidade de gestantes de 7,2%, sendo o dobro do restante da população brasileira, podendo ser justificado por fatores como comorbidades e baixa assistência ao parto. Algumas medidas foram adotadas, como a restrição de acompanhante na hora da internação, agravando o sentimento de solidão, incapacidade, medo e extremo cansaço da mulher. Com a pandemia, o protocolo da Organização Mundial de Saúde sobre boas práticas obstétricas foi pouco seguido, ou seja, itens como a liberdade de posição e movimento durante o parto, estimular posições, e

<sup>1</sup> Discente de Medicina do Centro Universitário de Minas. Email: rebequiste@hotmail.com

<sup>2</sup> Discente de Medicina do Centro Universitário de Minas.

<sup>3</sup> Docente do Centro Universitário de Minas.

17, 18 e 19  
de OutubroSemana  
Universitária 2022BICENTENÁRIO DA  
INDEPENDÊNCIAANOS DE CIÊNCIA,  
Tecnologia e Inovação no Brasil.

WWW.UNIFIMES.EDU.BR

priorizar a privacidade não foram respeitados, afetando diretamente os direitos básicos das parturientes. Cerca de 45% das gestantes que são atendidas pelo sistema público são vítimas de violência obstétrica e, no total, 36% recebem tratamento inadequado. Em hospitais particulares, a taxa cai para 30%, ainda prevalecendo um alto índice. Pode-se concluir que essa análise é importante para visualizar a incidência de tratamento impróprio para com as grávidas, acarretando medo do parto natural, sendo o mais afetado com essas situações. Esse contexto envolve problemas sociais e políticos, que afetam a saúde pública do Brasil, com a presença de profissionais com preparação insuficiente, ambientes pouco adequados e equipamentos escassos. A pandemia da Covid-19 apenas agravou o que já estava acontecendo no país, devido à sobrecarga psicológica e de trabalho dos médicos, enfermeiros e assistentes, os quais deixaram de garantir os direitos das gestantes.

**Palavras-chave:** Violência Obstétrica. Direitos da gestante. Sistema Público de Saúde. Sobrecarga. Covid-19.